

## §1 - ESQUEMA DE RESOLUÇÃO DE CASOS PRÁTICOS DE IRS

Cada um dos Passos indicados no esquema de resolução de casos práticos está alinhado com as fases de **liquidação do IRS**. Estes Passos são meramente indicativos, variando em função do caso concreto, nomeadamente:

- ⇒ Das categorias de rendimentos;
- ⇒ Dos sujeitos passivos abrangidos;
- ⇒ Das questões efetivamente suscitadas no caso prático respetivo.

Resumidamente, considerando o esquema infra, salienta-se o seguinte:

### 1. Incidência Pessoal (ou incidência subjetiva do IRS) .....

**Objetivo:** Enquadramento subjetivo tributário das pessoas identificadas no caso prático, visando:

- Identificação dos sujeitos passivos de IRS;
- Identificação das pessoas que integram o agregado familiar;
- Determinação do âmbito de sujeição a IRS.

**Pressuposto:** Determinação da residência dos sujeitos passivos ou dos rendimentos obtidos em Portugal.

**Passos:**

#### 1º. Passo → Sujeitos passivos

- Identificação dos sujeitos passivos.

#### 2º. Passo → Âmbito de sujeição

- Definição do âmbito de sujeição a IRS.

### 2. Incidência Real (ou incidência objetiva do IRS) .....

#### A. Rendimentos por categoria (fase analítica / cedular)

**Objetivo:** Qualificar rendimentos e determinar o rendimento líquido de cada categoria.

#### 1º. Passo → Qualificação do rendimento e determinação do rendimento bruto de cada categoria

- Cada rendimento deve ser qualificado nas categorias do IRS: A, B, E, F, G ou H (Artº1/1 CIRS).
- Determinar o rendimento bruto de cada categoria.

#### 2º. Passo → Determinação do rendimento líquido por categoria (incluindo deduções específicas)

- Aplicar regras específicas de determinação do rendimento líquido de cada categoria.
- Considerar deduções específicas por categoria.

#### B. Englobamento, rendimento coletável e coleta (fase sintética)

**Objetivo:** Determinar o rendimento coletável, aplicar taxas gerais e calcular a coleta.

#### 3.º Passo → Determinação dos rendimentos coletáveis sujeitos a englobamento e às taxas gerais

- Identificar quais rendimentos estão ou não sujeitos a englobamento.
- Conferir o respetivo enquadramento jurídico-tributário, nomeadamente taxas de tributação ("alíquotas").
- Observação:
  - O englobamento **não é aplicável a todos os sujeitos passivos**;
  - Nem a todas as categorias de rendimentos (ex.: rendimentos de não residentes em território português, rendimentos sujeitos a taxas liberatórias ou taxas especiais quando não seja exercida ou não seja possível a opção pelo englobamento).

#### 4.º Passo → Cálculo da coleta (quociente conjugal e taxas)

- Aplicar as taxas gerais de IRS e o quociente conjugal para calcular a coleta.

### **C. Deduções à coleta e liquidação**

**Objetivo:** Aplicar deduções e apurar o imposto final.

#### **5.º Passo → Determinação das despesas e outros encargos dedutíveis à coleta**

- Considerar os limites legalmente estabelecidos.

#### **6.º Passo → Apuramento do imposto e liquidação**

- Deduzir encargos à coleta.
- Apurar o imposto final a liquidar.

#### **Nota final:**

- Apesar de não ser necessário realizar cálculos matemáticos numa prova de Direito Fiscal, a inclusão destes passos no esquema visa:
  - Melhor compreensão do procedimento de liquidação do IRS;
  - Possibilitar a sua aplicação prática quando necessário.

## §2 - O QUE É A INCIDÊNCIA PESSOAL?

(Quem são as pessoas sujeitas a tributação em IRS, quem integra o seu agregado familiar e como são tributados os residentes e os não residentes em Portugal?)

### 1.º Passo → Sujeitos passivos .....

- ⇒ **Base legal:** Artº13/1 CIRS:
- ⇒ «Ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos».
- ⇒ **De acordo com esta norma:**
  - É sujeito passivo a pessoa singular que resida em território português, em conjugação com o Artº16 CIRS, que estabelece os critérios de determinação da residência em território português;
  - É também sujeito passivo a pessoa singular que, embora não resida em território português, aí obtenha rendimentos, em conjugação com os Artsº16 e 18 CIRS (rendimentos obtidos em território português).

### 2.º Passo → Âmbito de sujeição .....

- ⇒ **Base legal:** Artº15/1 e 2 CIRS:
  - 1 - Sendo as pessoas residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora desse território.
  - 2 - Tratando-se de não residentes, o IRS incide unicamente sobre os rendimentos obtidos em território português.
- ⇒ **De acordo com esta disposição:**
  - O sujeito passivo residente em Portugal é tributado pelos rendimentos auferidos em território nacional e no estrangeiro (*princípio da tributação do rendimento mundial ou "worldwide income"*);
  - O sujeito passivo não residente em território português, mas que aqui aufera rendimentos, será tributado apenas pelos rendimentos obtidos em território português (*princípio da tributação do rendimento fonte ou "source principle"*).

### § 2.1 - Questões mais comuns da incidência pessoal

#### Determinação da residência do sujeito passivo

- Determinar a residência fiscal é imprescindível para:
  - Aplicação da lei fiscal;
  - Definir o âmbito de sujeição do IRS, que varia significativamente entre residentes (*princípio da universalidade*) e não residentes (*princípio da territorialidade*).
- O Artº16 CIRS define residência como:
  - Presença física real ou presumida (*corpus*);
  - Em determinados casos, conjugada com a intenção de se tornar residente (*animus*).

#### Critérios de residência:

- Permanência superior a 183 dias, seguidos ou interpolados, num período de 12 meses com início ou fim no ano em causa (Artº16/1/a) CIRS);
- Considera-se dia de presença qualquer dia completo ou parcial com dormida;
- Considera-se residente desde o primeiro dia de permanência e não residente a partir do último dia de permanência;
- Para permanência inferior a 183 dias, considera-se residente se houver habitação que sugira intenção de ocupação como residência habitual (Artº16/1/b) CIRS);
- Consideram-se ainda residentes:
  - Tripulantes de navios ou aeronaves ao serviço de entidades com residência, sede ou direção efetiva em Portugal;
  - Pessoas que desempenhem funções ou comissões públicas ao serviço do Estado português no estrangeiro (Artº16/1/c) e d) CIRS);

- Portugueses que, sem justificativa, transfirm a residência fiscal para paraíso fiscal, no ano da mudança e quatro anos subsequentes (*Artº16/6 CIRS*).
- **Conflito de residência:**
  - Se a mesma pessoa é considerada residente em mais de um Estado, aplica-se a norma da Convenção para Evitar a Dupla Tributação (CDT);
  - A residência é geralmente aceite como elemento de conexão económico com o Estado.
- **Não residente:**
  - Determina-se a contrario da definição de residente.

### Agregado familiar do sujeito passivo

- ⇒ **Base legal:** *Artº13/4 CIRS*
  - Constituído por cônjuges, unidos de facto e respetivos dependentes;
  - Dependentes podem pertencer a mais de um agregado (ex.: divórcio);
  - Inclui adotantes solteiros e seus dependentes.
- ⇒ **Dependentes (*Artº13/5/a*) a *d*) CIRS):**
  - Menores não emancipados, adotados, enteados e menores sob tutela;
  - Maiores até 25 anos que não auferam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal garantida (estudantes universitários);
  - Maiores inaptos para trabalhar e afilhados civis;
  - Estes dependentes permitem deduções à coleta e influenciam retenções na fonte.

### Opção pela tributação conjunta em sede de IRS

- ⇒ **Base legal:** *Artsº13/2 a 3 CIRS*
  - IRS é apurado individualmente, salvo opção pela tributação conjunta;
  - Tributação conjunta: soma dos rendimentos de cônjuges ou unidos de facto, determinando o rendimento coletável, dividindo-se por dois (quociente familiar, *Artº69 CIRS*), aplicando-se taxas gerais (*Artº68 CIRS*) e multiplicando novamente por dois;
  - Principal vantagem: redução da coleta em agregados familiares com rendimentos desiguais.

### Rendimentos obtidos em território português

- ⇒ **Base legal:** *Artº18 CIRS*
  - Compete ao Estado da fonte a tributação de rendimentos obtidos em território nacional;
  - Ligação dos rendimentos a Portugal:
    - Atividades exercidas em Portugal (*Artº18/1/a*), *m*), *o*) CIRS);
    - Pagamento imputado a entidade residente ou estabelecimento estável (*Artº18/1/a*), *b*), *d*), *e*), *f*), *g*), *i*) CIRS);
    - Alienação ou detenção de património em Portugal (*Artº18/1/h*), *i*), *j*), *n*), *p*) CIRS).
- ⇒ **Estabelecimento Estável (EE) – Categoria B:**
  - Relevante para rendimentos empresariais ou profissionais (*Artsº18/2 e 3 CIRS*);
  - EE em Portugal permite tributação local;
  - Definição de EE (*Artº5/1 CIRC*): instalação fixa para atividade comercial, industrial ou agrícola; unidade económica com permanência mínima.

### IRS Jovem

- ⇒ **Base legal:** *Artº12-B CIRS*
  - Isenção total ou parcial de rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e independente (categoria B) durante primeiros 5 anos de obtenção de rendimentos;

### Critérios:

**1. Idade e elegibilidade:**

- Jovens entre 18 e 26 anos não dependentes para efeitos fiscais;
- Ciclo de estudos nível 4 QNQ ou superior;
- Doutoramento (nível 8 QNQ) estende isenção até 30 anos.

**2. Limite temporal:**

- 5 primeiros anos de rendimentos, consecutivos ou interpolados, desde que não ultrapassem 35 anos;
- Percentagens de isenção:
  - 1.º ano: 100% (limite 40x IAS)
  - 2.º ano: 75% (limite 30x IAS)
  - 3.º e 4.º anos: 50% (limite 20x IAS)
  - 5.º ano: 25% (limite 10x IAS)
- Só pode ser utilizada uma vez pelo mesmo sujeito passivo.

**§ 2.2 - Exemplos de resolução**

*Exemplo: O António e a Beatriz vivem em união de facto, têm três filhos, residem e trabalham em Lisboa. O irmão de António, Carlos, emigrou para França e arrendou o imóvel de que é proprietário no Porto. O pai de Beatriz, Manuel, é incapaz e vive com a filha, o genro e os seus três filhos. Paulo, o mais velho dos três filhos de António e Beatriz, é maior de idade e é aluno finalista na FDUL.*

- ⇒ António e Beatriz são sujeitos passivos de IRS, residentes em território português e aqui auferindo rendimentos (*Artº13/1 CIRS*, a conjugar com *Artsº16/1/a* e *18/1/a CIRS*, sendo, deste modo, tributados pelo seu rendimento mundial (ou "worldwide income"), cf. o *Artº15/1 CIRS*).
- ⇒ Carlos é sujeito passivo não residente em Portugal, sendo apenas tributado pelo seu rendimento fonte (ou "source principle") (*Artº13/1 CIRS*, a conjugar com os *Artsº16/1/a*, *18/1/a* e *15/2 CIRS*). Como nada se refere no enunciado sobre se algum dos três filhos ou se Manuel auferem rendimentos em Portugal ou no estrangeiro, os mesmos não devem considerar-se sujeitos passivos de IRS, cf. a contrario sensu o *Artº13/1 CIRS*.
- ⇒ António e Beatriz integram o mesmo agregado familiar, cf. o *Artº13/4/a CIRS*, bem como os seus dois filhos menores (cf. o *Artº13/5/a CIRS*). O filho mais velho do casal, Paulo, integrará o agregado familiar caso esteja sujeito a tutela (ex vi *Artº13/5/b CIRS*). Carlos e Manuel não fazem parte do agregado familiar, cf. a contrario sensu o *Artº13/4, 5 CIRS*, sem prejuízo de, mediante determinadas condições, serem dedutíveis à coleta os montantes previstos no *Artº78-A/1/c* e *2/b CIRS*, relativos a ascendentes (Manuel).
- ⇒ António e Beatriz poderão optar pela tributação conjunta, cf. o *Artº13/2 e 3 CIRS* (sendo regra a tributação individual), caso em que se aplicará o disposto no *Artº69 CIRS* (quociente familiar).

### §3- INCIDÊNCIA REAL – RENDIMENTOS POR CATEGORIA

(Quais são os rendimentos tributados em IRS? Como se determina o rendimento líquido por categoria e o que são as deduções específicas?)

#### 1.º Passo → Qualificação do rendimento e determinação do rendimento bruto de cada categoria .....

Este passo consiste em qualificar os rendimentos numa das seis categorias tipificadas no CIRS, permitindo determinar os rendimentos brutos auferidos pelo sujeito passivo:

- **Categoria A** – Rendimentos do trabalho dependente (decorrentes da existência de relação jurídico-laboral) – Artsº2 e 25 a 26 CIRS.
- **Categoria B** – Rendimentos empresariais e profissionais (decorrentes do exercício de atividade comercial, industrial, agrícola, ou prestação de serviços) – Artsº3 e 28 a 39-A CIRS.
- **Categoria E** – Rendimentos de capitais (decorrentes de “frutos civis”, como juros, dividendos, etc.) – Artsº5 e 40 a 40-B CIRS.
- **Categoria F** – Rendimentos prediais (decorrentes de rendas) – Artsº8 e 41 CIRS.
- **Categoria G** – Incrementos patrimoniais (decorrentes de mais-valias e outros acréscimos patrimoniais) – Artsº9 e 10, e 42 a 52 CIRS.
- **Categoria H** – Pensões (reforma, velhice, invalidez, sobrevivência, bem como pensões de alimentos) – Artsº11, 53 e 54 CIRS.

#### 2.º Passo → Determinação do rendimento líquido por categoria .....

Após qualificação dos rendimentos, determina-se o **rendimento líquido** subtraindo ao rendimento bruto as **deduções específicas** previstas nos Artsº25 e ss. CIRS, apurando-se o rendimento líquido tributável.

##### Exemplo prático inicial:

- Salário (Categoria A, Artº2/3/a) CIRS) e retribuição pela prestação de serviços (Categoria B, Artº3/1/b) CIRS).
- Rendimento bruto Categoria A: 25.000 € /ano.
- Rendimento bruto Categoria B: valor da contraprestação.
- Rendimento líquido Categoria A: 20.896 € (dedução específica de 4.104 €, Artº25/1/a) CIRS). Contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas de saúde podem reduzir a dedução.
- Rendimento líquido Categoria B: 2.000 €, podendo deduzir:
  1. Gastos e perdas para obter rendimentos (contabilidade organizada, Artº32 CIRS);
  2. Despesas suportadas e coeficientes aplicáveis (regime simplificado, Artº31/1 CIRS).
- Retenção na fonte: Categoria A – Artsº98 e 99 CIRS; Categoria B – 25% pagamento por conta (Artº101/1/b) CIRS).

#### § 3.1 – Questões mais comuns da incidência real & exemplos de resolução

##### Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente

###### Exemplo prático:

- Acúrsio (administrador da “XPTO, S.A.”, rendimento 60.000 €) e Bártolo (operário, rendimento 20.000 €/ano), com subsídio de alimentação e utilização de viatura da empresa.

###### Observações:

- Acúrsio: rendimento da Categoria A, Artº2/3/a) CIRS – remunerações de membros de órgãos estatutários.
- Bártolo: rendimento Categoria A, Artº2/1/a) CIRS – trabalho por conta de outrem.
- Subsídio de refeição: apenas excedente ao limite legal ou 60% do valor pago via vales/cartão (2024: 6 € em numerário; 9,60 € via vales).
- Viatura da empresa: rendimento em espécie, valor avaliado nos termos do Artº24 CIRS, se existir acordo escrito.
- Dedução específica Categoria A: 4.104 €, salvo contribuições para Segurança Social ou ADSE excedam este valor (Artº25/1 e 2 CIRS).
- Profissões de desgaste rápido: dedução até cinco vezes o IAS (509,26 € x 5 = 2.546,3 €, Artº27/1 e 2 CIRS).

##### Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais

### Exemplo prático:

- Acúrsio: estágio como advogado (12.000 €/ano, regime simplificado, coeficiente 0,75);
- Bártolo: consultor fiscal (200.000 €/ano, contabilidade organizada);
- Ulpiano: arrendamento de imóveis (Categoria B ou F, conforme enquadramento, regime simplificado ou contabilidade organizada).

### Observações:

- Regime simplificado: aplicação de coeficientes (*Artº31/1/a) a d) CIRS*).
- Contabilidade organizada: regras do CIRC, *Artº32 CIRS*.
- Possível opção por tributação segundo Categoria A se serviços prestados a uma única entidade (*Artº28/8 CIRS*).
- IRS Jovem aplicável se idade entre 18 e 26 (ou até 30 anos) e ciclo de estudos concluído (*Artº12-B CIRS*).

## Categoria E - Rendimentos de capitais

### Exemplo prático:

- Anita: juros de conta depósito em Portugal e França;
- Rita: dividendos da XPTO, S.A. (Portugal) e Paradise, Co. (Bahamas).

### Observações:

- Juros Categoria E: *Artº5/2/b) CIRS*; retenção em Portugal 28%, opção englobamento (*Artº71 CIRS*); juros estrangeiros 28%, artigo 72.º.
- Dividendos Portugal: 28%, possibilidade de englobamento, apenas 50% do valor se englobamento (*Artº40-A CIRS*).
- Dividendos paraísos fiscais: 35%, sem opção de englobamento (*Artº72/18/a) CIRS*).
- Eliminação dupla tributação: *Artº81 CIRS*.

## Categoria F - Rendimentos prediais

### Exemplo prático:

- António, Bento e Rui: rendas de imóvel em Cascais (1.000 €/mês cada), obras de remodelação.

### Observações:

- Rendimentos Categoria F: *Artº8/1 CIRS*.
- Proporção de rendimentos: quotas iguais se indeterminadas (*Artº19 CIRS*).
- Dedução específica: gastos para obter rendas, exceto financeiros, depreciações, mobiliário, eletrodomésticos, adicional IMI (*Artº41 CIRS*).
- Obras nos 24 meses anteriores dedutíveis se imóvel não usado para outro fim (*Artº41/7 CIRS*).
- Tributação: 28% (*Artº71/1/e) CIRS*, reduzida para arrendamento permanente, opção englobamento (*Artº72/2 a 5, 13 CIRS*).

## Categoria G - Incrementos patrimoniais

### Exemplo prático:

- Filipa: venda imóvel em Chaves, ações de pequena sociedade portuguesa e unidade BTC;
- Chico: adquiriu imóvel 300.000 € sem rendimentos declarados.

### Observações:

- Mais-valias imobiliárias: *Artsº9/1/a) e 10/1/a) CIRS*; saldo positivo mais-valias/menos-valias considerado 50% (*Artº43/2/b) CIRS*).
- Venda de ações: 50% do saldo positivo, 28%, opção englobamento (*Artsº72/1/c), 72/13, 22/3/b) CIRS*).
- Venda BTC: ganhos <365 dias tributados 28%, opção englobamento (*Artsº72/1/c), 72/13, 22/3/b) CIRS*).
- Imóvel Chico: acréscimo patrimonial não justificado, método indireto, rendimento padrão 60.000 €, alíquota 60% (*Artsº87/1/d), f), 89-A/1, 4, 72/17 CIRS*).

## Categoria H - Pensões

### Exemplo prático:

- Hércules: pensão reforma 800 €/mês;
- Flávio: pensão alimentos 120 €/mês;
- Camila: pensão invalidez 1.000 €/mês.

**Observações:**

- Rendimento Categoria H: *Artº11/1/a) CIRS*.
- Dedução específica: totalidade até 4.104 €, acrescendo contribuições obrigatórias (*Artº53/1, 2 e 4 CIRS*).
- Englobamento obrigatório, tributação às taxas gerais (*Artº22/3 CIRS*).